



CÓD: OP-069DZ-23
7908403546336

SEMED CAMPO GRANDE

**UNIVERSIDADE SEMED CAMPO GRANDE –
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE
DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

Professor- História
(Anos Finais do Ensino Fundamental)

EDITAL N°01/2023

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto.	5
2. Tipologia e gêneros textuais.	5
3. A língua e suas modalidades.	6
4. Discurso direto, indireto, indireto livre.	6
5. Intertextualidade.	8
6. Coesão e coerência textuais.	9
7. Funções da Linguagem: Fática, Conativa (ou apelativa), Poética, Referencial (informativa ou cognitiva), Emotiva (ou expressiva), Metalinguística.	10
8. Acentuação gráfica.	10
9. Emprego do sinal indicativo de crase.	11
10. Ortografia.	12
11. Classes de palavras.	12
12. Período composto: coordenação, subordinação e orações reduzidas.	20
13. Pontuação.	24
14. Significação das palavras: homonímia e paronímia.	27
15. Concordância nominal, concordância verbal.	28
16. regência verbal e regência nominal.	30
17. Uso de “há” (verbo) e “a” (preposição). Uso de onde e aonde. Uso dos porquês.	31

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Noções de lógica.	37
2. Estruturas lógicas e diagramas lógicos.	41
3. Valores lógicos das proposições. Conectivos. Tabelas-verdade.	44
4. Lógica de argumentação.	45
5. Sequências e séries.	49
6. Correlação de elementos.	50
7. Raciocínio analítico.	54

Legislação Básica da Educação

1. Lei n. 12.796/2013 (Formação dos profissionais da educação)	57
2. Lei n. 13.632/2018 (Educação e aprendizagem ao longo da vida)	58
3. Lei n. 14.191/2021 (Modalidade de educação bilíngue de surdos)	58
4. Lei n. 13.234/2015 (Identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação)	59
5. Lei n. 13.803/2019 (Notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar)	60
6. Lei n. 13.663/2018 (Prevenção e combate à violência e promoção da cultura de paz)	60
7. Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)	60
8. Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	77
9. Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental)	115

Educação Brasileira – Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Plano Municipal de Educação	121
2. Plano Nacional de Educação	185
3. Ensino a distância	188
4. Metodologias Ativas	190
5. Ensino híbrido	192
6. Base Nacional Comum Curricular	192
7. Avaliação da aprendizagem. 8. Avaliação educacional	232
8. Educação e tecnologia	233
9. Teorias da educação	233
10. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	235
11. Ensino e aprendizagem	236
12. Tecnologias da informação e comunicação	236
13. Fundamentos da Educação	237
14. Educação inclusiva e diversidade	242
15. Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos	250
16. Planejamento e organização do trabalho pedagógico	262
17. Programa de Inovação Educação Conectada	262
18. Educação para o trânsito	263
19. Educação Ambiental	263
20. Direitos humanos	264
21. LDB e alterações (Lei nº 9.394/96)	267
22. Referencial Curricular da Reme	284
23. Projeto Político Pedagógico	284
24. Formação inicial e continuada de professores	285
25. História da Educação Brasileira	290

Conhecimentos Específicos Professor - História (Anos Finais do Ensino Fundamental)

1. Ensino de História: saber histórico escolar. Trabalho com documentos e diferentes Linguagens no ensino de História	303
2. Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia	303
3. História e temporalidade	306
4. Passagens da Antiguidade para o Feudalismo. Mundo Medieval	307
5. Expansão Europeia do século XV.	314
6. Formação do Mundo Contemporâneo.	316
7. História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil	316
8. História brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo	317
9. Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios	369
10. História da América	372
11. História regional	399

Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1996. Em 1985, os presidentes de Argentina e Brasil assinaram o Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil. Isto levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina em 1991 para promover o livre comércio e o movimento fluido de bens, pessoas e moedas. Em 1995, o México, a Colômbia e a Venezuela criou o Acordo de Livre Comércio G3. A Venezuela deixou o G3 em 2006, ao mesmo tempo que deixou a CAN. Além destas organizações de comércio, várias organizações parlamentares foram criadas. O MERCOSUL decidiu em dezembro de 2004 a criação do Parlamento do MERCOSUL, que começou a funcionar em 2010. No início de 1987, foi criado o Parlamento Latino-Americano, que está localizado na Cidade do Panamá.

Em dezembro de 2004, o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações assinaram um acordo de estatuto recíproco entre os membros associados e emitiu a Declaração de Cuzco, afirmando que que iria criar a Comunidade Sul-Americana de Nações. A declaração propositalmente invocou o “sonho de Bolívar”, observando que um dos objetivos seria o de unir a América Latina. O nome original da união foi alterado para o atual União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em abril de 2007. Na imprensa, a frase “Estados Unidos da América do Sul” foi cogitada como uma analogia com os Estados Unidos para refletir o poder econômico e político que esta hipotética união teria no cenário mundial.

Revoluções na América Latina (México e Cuba)

América Latina Contemporânea: México e Cuba

Devemos ter uma atenção redobrada no estudo das revoluções que aconteceram na América Latina, principalmente quando tratamos da Revolução Mexicana e da Revolução Cubana. Essa atenção envolve não somente os estudos preliminares das causas que antecederam essas revoluções, como também as consequências das mesmas para os seus países.

Revolução Mexicana

A Revolução Mexicana foi o primeiro grande movimento social e político da América Latina no século XX e seus desdobramentos no México são de extrema complexidade. Após realizar a independência do domínio espanhol, o México não passou por transformações radicais no seu panorama econômico. A nação permanecia agrária, concentrando suas atividades nas mãos dos grandes latifundiários, caracterizando-se como uma sociedade extremamente excludente.

Desde 1876 o México passou a ser governado pelo ditador Porfirio Díaz, que voltava suas ações para a elite agrária despreocupando-se com as condições de vida das classes mais pobres.

Os indicadores sociais nesse período eram extremamente baixos: o analfabetismo atingia a maior parte da população e muitos viviam em condições miseráveis devido à concentração fundiária.

O panorama social e político que o México apresentava começou a incomodar uma parte dessa população que era atingida pelas ações do Porfiriato (também chamada de ditadura porfirista). Camponeses se rebelaram de forma intensa chegando a provocar conflitos em áreas controladas pelos latifundiários. A situação se agravou ainda mais quando a Igreja e parte da elite - interessada na renúncia de Porfirio Díaz – se uniram aos camponeses e pressionaram pela saída do então ditador. Em 1910 Porfirio Díaz anunciou a sua renúncia, e no seu lugar, Francisco Madero, integrante da opo-

sição de elite, assumiu o cargo da presidência prometendo a realização da reforma agrária e de outros projetos sociais. De fato isso não aconteceu, e o México viveria mais anos de convulsões sociais e políticas.

Revolução Cubana

As causas para a ocorrência da Revolução Cubana em 1959 estão diretamente ligadas ao imperialismo praticado no final século XIX. Como já vimos em aulas anteriores, o imperialismo foi uma ação neocolonialista praticada por nações desenvolvidas após a Segunda Revolução Industrial. Assim como a Europa iniciou sua corrida pela busca de áreas de influência na África e na Ásia, os Estados Unidos, já no final do século XIX, decidiu realizar sobre a América Central e Caribe um controle político, econômico e ideológico.

A Política do “Big Stick” – ou o Grande Porrete – foi o nome dessa ação voltada para as nações subdesenvolvidas da América Central e Caribe, onde muitas ainda não haviam se livrado dos laços coloniais. Assim foi o caso de Cuba.

Os Estados Unidos, interessados em anexar a ilha para o seu domínio imperialista, decidiu entrar em um conflito ao lado dos cubanos contra a metrópole espanhola. Este episódio ficou conhecido como Guerra Hispano-americana.

Após o conflito a Emenda Platt foi aprovada no Congresso americano, e esta previa o controle dos Estados Unidos na ilha cubana. Durante décadas a escolha dos governos cubanos teve influência direta dos norte-americanos com intuito de preservar esse controle, uma vez que beneficiava a elite insular e também os Estados Unidos. Nesse período a pobreza e a miséria cresceram, a saúde e a educação se tornaram precárias e a prostituição e o gangsterismo viraram opções para sobreviver em uma sociedade desigual.

Isso ocorreu somente até o Governo de Fulgêncio Batista. No México os irmãos Castro (Fidel e Raul) e Ernesto “Che” Guevara, descontentes com a situação de Cuba e interessados em livrar a ilha da opressão norte-americana, iniciaram uma guerrilha para depor o presidente Fulgêncio Batista. Em Sierra Maestra, os líderes de esquerda conseguiram construir um forte movimento de oposição que acabou forçando a renúncia de Fulgêncio Batista e sua fuga para EUA¹⁰¹.

REVOLUÇÃO HAITIANA

A Revolução Haitiana foi uma grande rebelião de escravos que levou São Domingos à independência sob a liderança de Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines¹⁰².

A Revolução Haitiana foi uma grande rebelião de escravos e negros libertos que aconteceu na colônia francesa de São Domingos a partir de 1791. Essa rebelião conduziu a colônia francesa de São Domingos à independência e foi motivada pela grande exploração e violência do sistema colonial escravista francês naquela região.

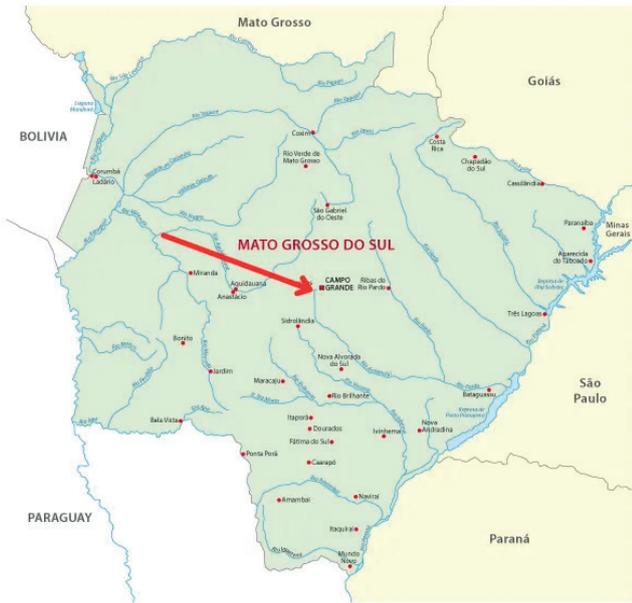
Antecedentes

No final do século XVIII, a região que corresponde atualmente ao Haiti era colonizada pelos franceses e conhecida como São Domingos. A presença francesa ocorreu de maneira gradativa a partir

101 <https://bit.ly/2MsNeXM>.

102 Daniel Neves Silva. *Revolução Haitiana*. Mundo Educação. <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/revolucao-haitiana.htm>.

Mapa de Campo Grande



Demografia de Campo Grande

A cidade de Campo Grande é a terceira maior em população do Centro-Oeste, logo depois de Brasília (DF) e Goiânia (GO), com um número de habitantes próximo de 900 mil pessoas. No contexto sul-mato-grossense, é o principal centro demográfico do estado e polo de atração da população do interior.

A densidade demográfica de Campo Grande é mediana, em razão do extenso território da cidade, sendo menor que grande parte das demais capitais brasileiras. O município registra um elevado índice de desenvolvimento humano. Porém, como notório nas grandes cidades brasileiras, a desigualdade social entre a população é elevada. A religião mais praticada pelos campo-grandenses é o cristianismo, com destaque para o catolicismo e o protestantismo.

O crescimento demográfico local tem se mantido constante nas últimas décadas, e o incremento populacional registrado está ligado ao elevado número de imigrantes que se instalaram na cidade. Na atualidade, a maior parte desses imigrantes é proveniente de outras regiões do Brasil, além de países próximos de Mato Grosso do Sul, como Bolívia e Paraguai.

Ao longo do século XX, a cidade de Campo Grande recebeu imigrantes de várias porções do globo, como europeus e asiáticos, que formam a composição demográfica local. Os descendentes de japoneses, por exemplo, formam um contingente populacional importante no município. Ademais, há ainda os descendentes da população nativa, marcada pelos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos primeiros desbravadores.

Economia de Campo Grande

A economia de Campo Grande está baseada no setor terciário. As principais atividades desenvolvidas no município são a administração pública, o comércio e os serviços. A cidade é o principal polo de serviços para a população do estado do Mato

Grosso do Sul. Além disso, é o principal centro logístico estadual. No mais, o setor terciário municipal possui ainda atividades relacionadas ao turismo, principalmente ao ecoturismo, uma vez que Campo Grande é uma das rotas para a visitação do Pantanal.

O setor secundário, apesar da menor participa o na economia local, é bastante diversificado, com destaque para indústrias gráficas, alimentícias, têxteis e moveleiras. O beneficiamento de produtos primários é umas das principais atividades industriais da cidade, como os laticínios, os frigor feros e as fábricas de bebidas diversas.

Já o setor primário, ao contrário da maior parte das capitais estaduais brasileiras, possui uma participa o significativa na economia municipal. A agricultura, com destaque para os cultivos de soja, milho, arroz, trigo e mandioca, e a pecuária, por meio da cria o de gado, são as principais atividades primárias da cidade. No município, há ainda uma grande produ o de leite, mel e ovos.

Infraestrutura de Campo Grande

A cidade de Campo Grande é uma das capitais brasileiras com infraestrutura mais nova e moderna, já que se trata de um município relativamente novo para os padrões brasileiros. Ademais, o crescimento da cidade foi calcado em estratégias de planejamento urbano e no desenvolvimento de uma boa infraestrutura de mobilidade e serviços para a popula o.

No mesmo sentido, o acesso ao saneamento básico, energia e telecomunica es é praticamente universal na cidade. As redes públicas de saúde e educa o têm uma cobertura espacial satisfatória. O município de Campo Grande é conhecido ainda pelo grande volume de ruas arborizadas e têm pela presença de vários parques públicos.

Em termos de infraestrutura de transportes, a cidade conta com três aeroportos, dois de menor porte e o Aeroporto Internacional de Campo Grande, responsável pela liga o da cidade com regiões de maior distância.

O transporte rodoviário é o principal do município, utilizado para pequenas e m dias distâncias. A cidade é cortada por três rodovias federais, além de várias rodovias estaduais. O Terminal Rodoviário de Campo Grande é o responsável pelo transporte intermunicipal entre a capital e vários municípios brasileiros.

Ademais, a cidade ainda é cortada internamente por grandes avenidas, que possibilitam a liga o de diferentes regiões. Em termos administrativos, Campo Grande está dividida em 79 bairros, que formam as sete grandes regiões da cidade.

Governo de Campo Grande

A cidade de Campo Grande, em razão da estrutura de poder definida pelos documentos constitucionais brasileiros, está dividida em termos governamentais no regime de Três Poderes. Dessa maneira, há o Poder Judiciário, que compreende as unidades de Justiça; o Poder Executivo, formado pelo prefeito e sua equipe;

(A) o processo colonizador europeu não foi violento como se costuma afirmar, já que ele preservou e até mesmo valorizou várias culturas indígenas.

(B) várias culturas indígenas resistiram e sobreviveram, mesmo com alterações, ao processo colonizador europeu, como a xinguana.

(C) a cultura indígena, extinta graças ao processo colonizador europeu, foi recriada de modo mitológico no Brasil dos anos 1940.

(D) a cultura xinguana, ao contrário de outras culturas indígenas, não foi afetada pelo processo colonizador europeu.

(E) não há relação direta entre, de um lado, o processo colonizador europeu e, de outro, a mortalidade indígena e a perda de sua identidade cultural.

07. (Cesgranrio) O início da colonização portuguesa no Brasil, no chamado período “pré-colonial” (1500-1530), foi marcado pelo(a):

(A) envio de expedições exploratórias do litoral e pelo escambo do pau-brasil;

(B) plantio e exploração do pau-brasil, associado ao tráfico africano.

(C) deslocamento, para a América, da estrutura administrativa e militar já experimentada no Oriente;

(D) fixação de grupos missionários de várias ordens religiosas para catequizar os indígenas;

(E) implantação da lavoura canavieira, apoiada em capitais holandeses.

08. “Apesar dos exageros e incorreções, a Lettera de Américo Vespúcio para Piero Soderini com certeza continha várias passagens verídicas. Uma delas é o trecho no qual, referindo-se à sua primeira viagem ao Brasil, realizada entre maio de 1501 e julho de 1502, Vespúcio afirma: ‘Nessa costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil (...) e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de metal algum, acordamos despedir-nos dela.’ Deve ter sido exatamente esse o teor do relatório que Vespúcio entregou para o rei D. Manoel, em julho de 1502, logo após desembarcar em Lisboa, ao final de sua primeira viagem sob bandeira portuguesa. O diagnóstico de Vespúcio selou o destino do Brasil pelas duas décadas seguintes. Afinal, no mesmo instante em que era informado pelo florentino da inexistência de metais e de especiarias no território descoberto por Cabral, D. Manoel concentrava todos os seus esforços na busca pelas extraordinárias riquezas do Oriente.

(BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*.

Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998, p. 65.)

A descoberta do Brasil não alterou os rumos da expansão portuguesa voltada prioritariamente para o Oriente, o que explica as características dos primeiros anos da colonização brasileira, entre as quais se inclui o (a):

(A) caráter militar da ocupação, visando à defesa das rotas atlânticas;

(B) escambo com os indígenas, garantindo o baixo custo da exploração;

(C) abertura das atividades extrativas da colônia a comerciantes das outras potências europeias;

(D) migração imediata de expressivos contingentes de europeus e africanos para a ocupação do território;

(E) exploração sistemática do interior do continente em busca de metais preciosos

09. (Espcex - Aman) “Os primeiros trinta anos da História do Brasil são conhecidos como período Pré-Colonial. Nesse período, a coroa portuguesa iniciou a dominação das terras brasileiras, sem, no entanto, traçar um plano de ocupação efetiva. [...] A atenção da burguesia metropolitana e do governo português estavam voltados para o comércio com o Oriente, que desde a viagem de Vasco da Gama, no final do século XV, havia sido monopolizado pelo Estado português. [...] O desinteresse português em relação ao Brasil estava em conformidade com os interesses mercantilistas da época, como observou o navegante Américo Vespúcio, após a exploração do litoral brasileiro, pode-se dizer que não encontramos nada de proveito”.

Berutti, 2004.

Sobre o período retratado no texto, pode-se afirmar que o(a)

(A) desinteresse português pelo Brasil nos primeiros anos de colonização, deu-se em decorrência dos tratados comerciais assinados com a Espanha, que tinha prioridade pela exploração de terras situadas a oeste de Greenwich.

(B) maior distância marítima era a maior desvantagem brasileira em relação ao comércio com as Índias.

(C) desinteresse português pode ser melhor explicado pela resistência oferecida pelos indígenas que dificultavam o desembarque e o reconhecimento das novas terras.

(D) abertura de um novo mercado na América do Sul, ampliava as possibilidades de lucro da burguesia metropolitana portuguesa.

(E) relativo descaso português pelo Brasil, nos primeiros trinta anos de História, explica-se pela aparente inexistência de artigos (ou produtos) que atendiam aos interesses daqueles que patrocinavam as expedições.

10. (TJ/SC - Analista Administrativo - TJ) Sobre o Período Colonial Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) De 1500 a 1530 a economia brasileira gravitou em torno do pau-brasil. Após 1530, declinando o comércio com as Índias, a coroa portuguesa decidiu-se pela colonização do Brasil.

(B) A extração do pau-brasil foi declarada estanco, ou seja, passou a ser um monopólio real, cabendo ao rei conceder a permissão a alguém para explorar comercialmente a madeira. O primeiro arrendatário a ser beneficiado com o estanco foi Fernando de Noronha, em 1502.

(C) A administração colonial foi efetuada inicialmente por meio do sistema de Capitanias Hereditárias. Com seu fracasso foram instituídos os Governos Gerais, não para acabar com as capitanias, mas para centralizar sua administração.

(D) No sistema de Capitanias hereditárias a ocupação das terras era assegurada pela Carta de Doação e pelo Foral. A carta de doação determinava os direitos e deveres dos donatários e o Foral cedia aos donatários as terras, bem como o poder administrativo e jurídico das mesmas.

(E) O primeiro núcleo de colonização do Brasil foi a Vila de São Vicente, fundada no litoral paulista em 1532.

17. (CESGRANRIO) Nas cidades gregas da Antiguidade, a democracia limitava-se à minoria da população. Os escravos e as mulheres não tinham direitos políticos. Além disso, só aqueles que nasciam na cidade de Atenas podiam ser cidadãos.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, quem **NÃO** pode votar no Brasil atualmente são os

- (A) maiores de 70 anos.
- (B) maiores de dezesseis anos.
- (C) estrangeiros naturalizados.
- (D) analfabetos.
- (E) que estão cumprindo o serviço militar obrigatório.

18. (MPE/SP - VUNESP) Com o fim da ditadura e o restabelecimento da normalidade democrática, a escolha do Presidente da República passou a ocorrer por meio do voto popular, exigindo que os candidatos expusessem suas propostas e o histórico de sua atuação política. Nos anos 1980 e 1990, respectivamente, o Brasil conheceu um candidato popularmente chamado de “O caçador de marajás” e outro que, enquanto foi Ministro da Fazenda, ganhou notoriedade pela implantação do Plano Real, responsável pela estabilização da economia nacional. Esses presidentes foram, respectivamente,

- (A) Fernando Collor de Mello e Tancredo Neves.
- (B) José Sarney e Fernando Henrique Cardoso.
- (C) Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.
- (D) Tancredo Neves e Itamar Franco.
- (E) Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva.

19. (MPE/GO – Secretário Auxiliar – MPE/GO) São Membros Plenos ou Estados Partes do Mercosul (Mercado Comum do Sul), bloco econômico sediado na América do Sul, EXCETO:

- (A) Brasil
- (B) Argentina
- (C) Chile
- (D) Uruguai
- (E) Paraguai

20. (DEMAE/GO – Técnico em Informática – CS/UFG) Alguns Blocos Econômicos agregam países de um mesmo continente. No caso da América do Sul, onde foi criado, em 1991, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) pelo Tratado de Assunção, poucos países fazem parte deste Bloco, entre eles:

- (A) Equador e Suriname
- (B) Argentina e Uruguai
- (C) Peru e Guiana Francesa
- (D) Colômbia e Guiana

21. (TRT 3ª Região/MG - Analista Judiciário - História - FCC) O processo de abertura política no Brasil, ao final do período de regime militar, foi marcado

- (A) pela denominada “teoria dos dois demônios”, discurso oficial que culpava os grupos guerrilheiros e o imperialismo soviético pelo endurecimento do autoritarismo no Brasil e nos países vizinhos.
- (B) pelo chamado “entulho autoritário”, pois a Constituição outorgada em 1967 continuou vigente, mantiveram-se os cargos “biônicos” e persistiu prática da decretação de Atos Institucionais durante a década de 1980.

(C) pela lógica do “ajuste de contas”, pois, ainda que o governo encampasse uma abertura “lenta, gradual e irrestrita”, os setores populares organizaram greves nacionais que culminaram na realização de eleições diretas para presidente em 1985.

(D) pelo caráter de “transição negociada”, uma vez que prevaleceram pressões por parte dos setores afinados com o regime e concessões dos movimentos pela democratização, em um complexo jogo político que se estendeu pelos anos 1980.

(E) pela busca da “conciliação nacional” ao se instituírem as Comissões da Verdade que conseguiram, com o aval do primeiro governo civil pós-ditadura, atender as demandas por “verdade, justiça e reparação” da sociedade brasileira.

22. (TRT 3ª Região/MG - Analista Judiciário - História - FCC) A respeito dos Atos Institucionais decretados durante o regime militar no Brasil,

(A) sucederam-se rapidamente totalizando cinco durante a ditadura, sendo o último, em 1968, o que suspendeu a garantia do direito ao habeas corpus e instituiu a censura prévia.

(B) refletiram a intenção dos militares em preservar a institucionalidade da democracia, uma vez que todos os atos eram votados pelo Congresso.

(C) prestaram-se a substituir a falta de uma nova Constituição, chegando a 20 decretações que se estenderam até o governo Geisel.

(D) foram mais de dez e entre os objetivos de sua promulgação destaca-se o reforço dos poderes discricionários da Presidência da República.

(E) concentraram-se nos dois primeiros anos de governo militar e instituíram o estado de sítio e o bipartidarismo.

23. (TRT 3ª Região/MG - Analista Judiciário - História - FCC) O golpe de 1964, que deu início ao regime militar no Brasil e que foi chamado pelos militares de “revolução de 64”, teve, entre seus objetivos

(A) refrear o avanço do comunismo apoiado pelo presidente Jango que, após ver concretizado seu programa reformista, articulava-se para adaptar o Estado aos moldes socialistas, por meio do projeto de uma nova constituição difundido e aplaudido no histórico Comício da Central do Brasil.

(B) reinstaurar o presidencialismo, uma vez que o regime parlamentarista pelo qual João Goulart governava favorecia alianças entre partidos pequenos e grupos de esquerda liderados pelo PTB, que tinha representação significativa na Câmara e no Senado.

(C) destituir o governo de João Goulart, contando com o apoio do governo dos Estados Unidos e de parcelas da sociedade brasileira que apoiaram, dias antes, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade organizada por setores conservadores da Igreja Católica.

(D) restaurar a ordem no país e garantir a recuperação do equilíbrio econômico, uma vez que greves paralisavam a produção nacional e movimentos de apoio à reforma agrária se radicalizavam, caso das Ligas Camponesas que haviam iniciado a guerrilha do Araguaia.

28. (IF/AL – Professor – CEFET) O Governo João Goulart (1961/1964) foi marcado pela interrupção e conseguinte instalação da ditadura militar no país. O governo Goulart, na prática, ficou caracterizado em função das suas ações políticas, como um governo:

- (A) Autoritário, com uma linha ideológica próxima ao socialismo chinês.
- (B) Democrático, sendo apoiado durante todo seu curto período pelos partidos de esquerda, inclusive o partido comunista.
- (C) Conturbado, em que foi implantado o parlamentarismo, fato este, que não foi suficiente para amenizar as crises políticas do período.
- (D) Democrático, sendo apoiado incondicionalmente pelas forças armadas.
- (E) Autor das reformas de base, sendo estas apoiadas por setores da chamada classe média, dos trabalhadores e do empresariado mais progressista. Obteve, assim, êxito na proposta de modernizar o país.

29. (MPE/GO – Secretário auxiliar – MPE/2017) Sobre o Estado Novo de Getúlio Vargas, é **incorreto** afirmar:

- (A) que foi implantado por Getúlio Vargas sob a justificativa de conter uma nova ameaça de golpe comunista no Brasil.
- (B) que tomado por uma orientação socialista, o governo preocupava-se em obter o favor dos trabalhadores por meio de concessões e leis de amparo ao trabalhador.
- (C) financiava o amplo desenvolvimento do setor industrial brasileiro, ao realizar uma política de industrialização por substituição de importações e com criação das indústrias de base.
- (D) para dar ao novo regime uma aparência legal, Francisco Campos redigiu uma nova Constituição inspirada nas constituições fascistas italiana e polonesa.
- (E) adotou o chamado “Estado de Compromisso”, onde foram criados mecanismos de controle e vias de negociação política responsáveis pelo surgimento de uma ampla frente de apoio a Getúlio Vargas.

30. (IPEM/RO – Agente de Atividades Administrativas – FUN-CAB) O processo histórico da formação do estado de Rondônia possui muitos capítulos importantes, com diferentes atores. Um dos marcos nesse processo foi a criação do Território Federal do Guaporé por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. O Presidente da República que assinou o referido documento foi:

- (A) Getúlio Vargas.
- (B) Gaspar Dutra.
- (C) Juscelino Kubitschek.
- (D) Jânio Quadros.
- (E) João Goulart.

31. (MPE/GO – Secretário Auxiliar – MPE/2017) Em 1945 chega ao fim o Estado Novo implantado pelo presidente Getúlio Vargas. Entre as causas tivemos a(s)

- (A) Revolução de 1945 realizada pelos sindicatos e apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro daquela época.
- (B) Atuação do movimento estudantil, liderado pela UNE, que assumiu o poder apoiando o partido da União Democrática Nacional.
- (C) Pressões norte-americanas obrigando Getúlio Vargas a extinguir o Estado Novo e tornar o país uma democracia.

(D) Adesão de Getúlio ao Fascismo, propiciando que ele implantasse no Brasil um regime semelhante após 1945.

(E) Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado das democracias, criando uma situação interna contraditória, pois o país vivia, até aquele ano, uma ditadura.

32. (Instituto Rio Branco – Diplomata – CESPE) Assinale a opção correta a respeito do Estado Novo, implantado pela Constituição de 1937.

- (A) Comparada à Constituição de 1934, a nova carta apresentava como característica nítida a descentralização do poder.
- (B) O Plano Cohen serviu de pretexto para o reforço do autoritarismo.
- (C) A Lei de Segurança Nacional, até hoje vigente, foi proposta após a instauração da nova carta.
- (D) Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, foi um dos grandes beneficiados pelo novo regime político.
- (E) Imediatamente após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas substituiu todos os governadores de estado.

33. (MPE/GO – Secretário Auxiliar – MPE/2017) “No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercavam o Congresso Nacional e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra – general Dutra – se opusera a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional, elaborada por Francisco Campos” (trecho extraído do livro História do Brasil, de Boris Fausto). O período histórico brasileiro narrado acima descreve o início:

- (A) da Ditadura Militar
- (B) da Política do Café com Leite
- (C) do Tenentismo
- (D) do Estado Novo
- (E) da Revolta da Armada

34. (TRT 3ª Região/MG - Analista Judiciário - História - FCC) Seu Mundinho, todo esse tempo combati o senhor. Fui eu quem mandou atirar em Aristóteles. Estava preparado para virar Ilhéus do avesso. Os jagunços estavam de atalaia, prontos para obedecer. Os meus e os outros amigos, para acabar com a eleição. Agora tudo acabou.

(In: AMADO, Jorge. Gabriela, cravo e canela)

O texto descreve uma realidade que, na história do Brasil, identifica o

- (A) tenentismo, que considerava o exército como a única força capaz de conduzir os destinos do povo.
- (B) coronelismo, que se constituía em uma forma de o poder privado se manifestar por meio da política.
- (C) mandonismo, criado com o objetivo de administrar os conflitos no interior das elites agrárias do país.
- (D) messianismo, entidade com poderes políticos capaz de subjugar a população por meio da força.
- (E) integralismo, que consistia em uma forma de a oligarquia cafeeira demonstrar sua influência e poder político.

(B) O império objetivava com a criação da LEI DAS TERRAS facilitar a aquisição de terras pelos negros libertos e dificultar para os imigrantes.

(C) A Lei das Terras tinha o objetivo de restringir terras para os novos libertos e facilitar para os imigrantes.

(D) Pensando em proteger os negros libertos, a Lei das Terras seria um arcabouço jurídico que protegeria todos os brasileiros.

(E) Visando a aumentar os valores das terras, a lei foi criada dificultando, assim, a compra por parte dos libertos, favorecendo a permanência dos libertos como trabalhadores nas fazendas já existentes.

40. (SEDUC/AM – Professor-História – FGV) A Constituição do Império do Brasil, outorgada por D. Pedro I em 1824, inaugurou formalmente um sistema político-eleitoral que sofreu algumas alterações ao longo do período monárquico (1822-1889).

Assinale a opção que caracteriza corretamente uma dessas alterações.

(A) 1834 – modificação da Constituição extinguiu o Poder Moderador, assegurando a independência dos três poderes.

(B) 1840 – interpretação parcial da Reforma Constitucional de 1834, ampliando a autonomia dos legislativos provinciais.

(C) 1847 – criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, inaugurando o “*parlamentarismo às avessas*”.

(D) 1855 – reforma eleitoral denominada “*Lei dos Círculos*”, extinguindo o voto distrital da Constituição do Império.

(E) 1881 – nova reforma eleitoral conhecida como “*Lei Sarai-va*”, estendendo o direito de voto aos analfabetos.

41. O período monárquico no Brasil costuma ser dividido em três momentos distintos: Primeiro Reinado (1822-1831); Regências (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889). Sobre as principais questões que marcaram esses momentos, assinale a alternativa incorreta.

(A) A Guerra do Paraguai marcou o Primeiro Reinado e foi a grande responsável pelo enfraquecimento do poder de D. Pedro I, resultando na Independência do Brasil.

(B) A primeira etapa da monarquia brasileira teve dificuldades para se consolidar, o Primeiro Reinado foi curto e marcado por tumultos e conflitos entre D. Pedro I - que era português com os brasileiros.

(C) A primeira Constituição Brasileira foi outorgada em 1824, por D. Pedro I.

(D) A segunda etapa da história do Brasil monárquico inicia-se em 1831, com a renúncia de D. Pedro I em favor do filho Pedro de Alcântara, com apenas cinco anos de idade.

(E) O terceiro momento da monarquia no Brasil inicia-se com o reinado de Dom Pedro II, período marcado pela centralização do poder de um lado e pelas disputas político-partidárias entre liberais e conservadores, de outro.

42. (UEL/PR) “[...] explodiu na província do Grão-Pará o movimento armado mais popular do Brasil [...]. Foi uma das rebeliões brasileiras em que as camadas inferiores ocuparam o poder.”

Ao texto podem-se associar:

(A) a Regência e a Cabanagem.

(B) o Primeiro Reinado e a Praieira.

(C) o Segundo Reinado e a Farrroupilha.

(D) o Período Joanino e a Sabinada.

(E) a abdicação e a Noite das Garrafadas.

43. (FATEC) Em 4 de setembro de 1850, foi sancionada no Brasil a Lei Eusébio de Queirós (ministro da Justiça), que abolia o tráfico negreiro em nosso país. Em decorrência dessa lei, o governo imperial brasileiro aprovou outra, “a Lei de Terras”.

Dentre as alternativas a seguir, assinale a correta.

(A) A Lei de Terras facilitava a ocupação de propriedades pelos imigrantes que passaram a chegar ao Brasil.

(B) A Lei de Terras dificultou a posse das terras pelos imigrantes, mas facilitou aos negros libertos o acesso a elas.

(C) O governo imperial, temendo o controle das terras pelo coronéis, inspirou-se no “Act Homestead” americano, para realizar uma distribuição de terras aos camponeses mais pobres.

(D) A Lei de Terras visava a aumentar o valor das terras e obrigar os imigrantes a vender sua força de trabalho para os cafeicultores.

(E) O objetivo do governo imperial, com esta lei, era proteger e regularizar a situação das dezenas de quilombos que existiam no Brasil.

44. A Revolução Mexicana de 1910, do ponto de vista social, caracterizou-se:

(A) pela intensa participação camponesa;

(B) pela aliança entre operários e camponeses;

(C) pela liderança de grupos socialistas;

(D) pelo apoio da Igreja aos sublevados;

(E) pela forte presença de combatentes estrangeiros.

45. Na América Latina, no século XX, aconteceram duas grandes revoluções: a Mexicana de 1910 e a Cubana de 1959. Em ambas, os:

(A) camponeses sem terra lideraram sozinhos os movimentos.

(B) EUA enviaram tropas que lutaram e quase derrotaram os rebeldes.

(C) grupos socialistas iniciaram a luta armada, tornando hegemônicas suas idéias.

(D) revolucionários derrubaram governos autoritários e alcançaram a vitória.

(E) programas revolucionários foram cópias de movimentos europeus.